

# Comissão de Coordenação do Algarve rejeita críticas ao Plano de Ação Regional

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDRA) considerou hoje "extemporânea e desajustada" a crítica ao Plano de Ação Regional (PAR) feita pela maior associação hoteleira da região, afirmando que o mesmo "ainda não existe".

"A reação crítica ao PAR é perfeitamente extemporânea e desajustada. O que foi aprovado a 22 de março foi a metodologia e os mecanismos de participação para a elaboração do plano", observou hoje o presidente da CCDRA, David Santos, em nota enviada à agência Lusa.

A Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA) manifestou-se contra o Plano de Ação Regional, inserido no Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020, alegando que o mesmo ignora os apoios financeiros para o turismo do Algarve.

A AHETA considerou que o Quadro Comunitário de Apoio "confirma a eterna falta de entendimento sobre a substância do turismo do Algarve na economia regional (...) por parte dos mais altos responsáveis do país".

O presidente da CCDRA refuta as críticas, considerando que a maior associação hoteleira do Algarve está a reagir "a um plano que ainda não existe e que deve ser construído a partir de reações e contributos construtivos".

David Santos considera as críticas extemporâneas, frisando que o que foi distribuído para recolha de contributos por parte das entidades regionais "foi o primeiro exercício de diagnóstico prospetivo", que tem sido apresentado em sessões públicas.

"A AHETA foi convidada, até ao momento, para quatro reuniões temáticas, (...) tendo apenas comparecido à reunião das associações empresarias", sublinhou o responsável da CCDRA.

Segundo David Santos, o debate do PAR tem vindo a afirmar e a reforçar "a necessidade de melhorar a solidez das empresas do setor e a competitividade da atividade turística, base indispensável e incontornável do modelo económico regional".

A CCDRA manifestou-se "solidária com os problemas estruturais que afetam o setor", mas alega que não cabe à programação dos fundos comunitários, resolver ou propor reformas estruturais em setores reclamados pela AHETA, entre os quais a justiça, saúde, gestão aeroportuária e produtividade das empresas.

Em resposta às críticas da AHETA, que considera que o Algarve é a região do país que mais perde, com montantes inferiores aos do anterior Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), David Santos sustenta que "o Algarve está a tentar alavancar verbas mais substanciais para este quadro".

**.diariOnline RS com Lusa**, 18:46 sexta-feira, 05 abril 2013